

ECO. BRASIL

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Eng. Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
 RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
 Fernaldo L. Mesquita

Diretor Executivo
 Leão Serva

Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Planos da equipe de Malan

Felizmente, foi superada sem nenhum estrago maior — a não ser para a própria imagem do presidente Itamar Franco — a crise de ciúmes que acometeu o Palácio do Planalto e a “República do Pão de Queijo” por causa do vazamento da informação de que o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso já escolheu os nomes dos ocupantes dos principais postos de sua equipe econômica, com Pedro Malan no Ministério da Fazenda, Edmar Bacha no BNDES, Pêrsio Arida no Banco Central e Chico Lopes na Secretaria de Política Econômica.

A confirmação da equipe do Plano Real na condução da economia a partir do ano que vem trouxe uma série de definições sobre como essa economia será administrada, que confirma a disposição desses economistas de cumprir à risca o programa do presidente eleito de levar adiante, a qualquer custo, o plano de estabilização.

As razões de ordem pessoal, financeiras e familiares, que ameaçavam afastar Malan, Bacha e outros do futuro governo, não prevaleceram porque o espírito público desses economistas prevaleceu sobre seus interesses pessoais. Foi como explicou um deles a um jornalista do “Jornal do Brasil”: “Não que nós sejamos insubstituíveis. Mas a questão é que as alternativas de uma mudança nessa área poderiam afetar o futuro do Real. Portanto, precisávamos responder a nós mesmos se queríamos cometer a eutanásia do Plano”. Assim, a equipe resolveu ficar e conseguiu incorporar o economista Chico Lopes, que convidado em outras ocasiões para fazer parte do governo sempre recusou, por acreditar que a condução do programa antiinflacionário acabaria contaminada por injunções de ordem político-eleitoral.

E para cercar-se de toda a segurança de que essas injunções não irão prejudicar a execução

dos diversos projetos que ela tem programada para o próximo ano, a equipe do futuro ministro da Fazenda acertou com Fernando Henrique que ele próprio será o grande anteparo, o para-raio dessas pressões políticas, encarregando-se dos contatos políticos que hoje fazem parte das obrigações do ministro da Fazenda. “Fernando Henrique disse que funcionará como uma espécie de porteira, impedindo que os problemas políticos desviem as atenções de sua futura equipe econômica dos problemas técnicos que ameaçam a estabilidade do Plano Real” — explica um dos integrantes dessa equipe.

Sabendo ainda, pela experiência que estão vivendo agora, que sozinho o Ministério da Fazenda não tem condições de se responsabilizar por um dos pontos mais importantes da política a ser executada — o controle dos gastos públicos —, Pedro Malan e seus companheiros conseguiram o compromisso do presidente eleito de que as nomeações para as diretorias das grandes empresas estatais serão estritamente controladas, para que elas não continuem formando o “governo paralelo” que formaram até agora e se enquadrem na política de austeridade do futuro governo.

Segundo um dos principais assessores econômicos de Fernando Henrique, a nomeação de executivos de confiança para essas empresas é muito mais importante até do que a reforma constitucional. E explica, com uma ponta de humor, por quê: “Um Camilo Calazans (ex-presidente do Banco do Brasil de grande apetite corporativista) no BB causaria mais estragos do que deixar a Previdência Social como está sem reforma constitucional”.

Vamos torcer para que a classe política não consiga furar essa linha de defesa armada pela equipe econômica do futuro governo.